

O ESPAÇO GEOGRÁFICO” E O “ESPAÇO SOCIAL”FLORIANÓPOLIS-SC

Msc.Murad Jorge Mussi Vaz¹
Dr. Elson Manoel Pereira²

Resumo

O artigo resgata o conceito de espaço público no âmbito da cidade contemporânea. Para tanto relaciona os conceitos de espaço - segundo Milton Santos e Pierre Bourdieu, através de iniciativas de planejamento urbano, que muitas vezes visam ordenar e gerir o espaço físico, mas não levam em consideração as questões relativas aos grupos (nem suas particularidades) que o ocupam. Constitui-se portanto, na busca dos conceitos de espaço urbano, público, geográfico, social e suas representações, tagendo o suporte físico e sua apropriação e transformação pelo homem, através de novas formas de espacialização resgatada por Paulo C. da C. Gomes e Yves Chalas. E que muitas vezes são resultados de uma incompreensão por parte dos planejadores, cujos resultados são espacializados com grandes prejuízos à tessitura urbana – uma verdadeira desconexão entre a realidade e o ordenamento e a gestão territorial. Compreender as definições de espaço, como se relacionam e sobretudo efetivadas através do planejamento urbano, enfocando um exemplo real - a ilha de Santa Catarina, mostra-se como uma possibilidade de ruptura ao tecnocratismo vigente na concepção atual de planejamento e ordenação territorial. Através de acompanhamento fotográfico, análises *in loco*, resgatando trabalhos científicos sobre a ilha aborda-se o recorte espacial em seu desenvolvimento histórico e socioeconômico, buscando sua dinâmica como expressão de espaço geográfico na cidade contemporânea.

Palavras-chave: espaço geográfico, espaço social, esfera pública.

¹ Arquiteto e Urbanista, mestre em Desenho Urbano e Paisagem, doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina – BR. Professor Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: mudegas@hotmail.com

² Engenheiro Civil, doutor em Urbanismo pelo Institut d’Urbanisme de Grenoble – FR,. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – BR. E-mail: elsonmp@hotmail.com

Introdução

O artefato cidade, no decorrer da história, foi sendo configurado e ao mesmo tempo configurou-se como base para desdobramentos sociais, políticos, econômicos, culturais, de maneira a consolidar-se como um processo contínuo de construção. Estruturada e estruturante, é regida por processos advindos de sua formação sócio-espacial, por práticas sociais sobre recortes espaciais de maneira dialética, traduzindo o vernáculo e a tradição, ou a inovação e a busca por novas respostas aos problemas que têm sido espacializados.

O planejamento surge como uma das muitas possíveis respostas a essas questões, instrumentalizado através de leis e políticas governamentais que visam balizar a construção do espaço urbano – num viés geográfico que contempla o físico e o social. A aferição dos resultados obtidos a essas intervenções são também partes constitutivas do movimento maior no qual está contida a evolução urbana – culminado na cidade contemporânea como reflexo da sociedade contemporânea.

Assim, utiliza-se Florianópolis como exemplo empírico desses desdobramentos sócio-espaciais urbanos, que definem o caráter da morfologia urbana, tanto física quanto social. O presente artigo, tem como objetivo apresentar sob a forma de uma breve síntese apontamentos sobre a teoria da cidade contemporânea de Yves Chalas e dos espaços públicos de Paulo C. da C. Gomes, com base em diversas incursões a recortes urbanos da ilha de Santa Catarina (Centro, Cacupé, Saco Grande, Jurerê Internacional) num acompanhamento fotográfico e de observação, respaldado pela leitura de teses e dissertações sobre Florianópolis, como forma de compreender o seguinte questionamento:

A condição urbana contemporânea é o resultado de um longo e irresistível processo histórico de intensificação da existência para todos e ao cotidiano. A contrapartida dessa aspiração, desse querer viver essencial e profundo e que assina a contemporaneidade, é o risco de um preço elevado a pagar, aquela da solidão e da errância. Mas, uma época pode ser sem incertezas e uma cidade se desenvolver sem sua parte de sombra? (CHALAS, p.56).

Milton Santos e Bourdieu: diferenças e aproximações nos conceitos de espaço social e o espaço geográfico

Aproximar-se da vida e do cotidiano nas cidades é fundamental para o pensar e o intervir nas cidades contemporâneas. Afinal, como afirmado por Jane Jacobs, na década de 60, as cidades são “grandes laboratórios de tentativa e erro, laboratórios de acertos e fracassos em matéria de planejamento urbano” (JACOBS, 2000), e é portanto, nelas que devemos encontrar possíveis encaminhamentos para as práticas urbanísticas, que configuram o espaço urbano e por ele acabam sendo configuradas.

O espaço urbano, então, pode ser visto sob a ótica de espaço geográfico, na concepção de Milton Santos³ como relacional entre o “sistema de ações e o sistema de objetos”(SANTOS, 2006, p.39). Essa relação entre o sistemas é construída com base nas possibilidades de apropriação que esses sistemas permitem, dialética portanto, e encontra respaldo em diferentes significações ao longo do tempo. Esse elemento é fundamental para a compreensão da dinâmica espacial urbana, pois novos conteúdos podem e são agregados às formas, que dessa maneira, podem ser novas, obsoletas, recontextualizadas ou descartadas para construção de novos objetos – numa relação de formas-conteúdo⁴ em constante transformação. Portanto percebe-se a relação entre a sociedade e o espaço físico.

Nesse sentido, o espaço urbano é um espaço geográfico (conjunto indissociável de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e a vida que os preenche e os anima) e toda intervenção de planejamento implica em uma ação direta no campo da vida humana, com alterações diretas no cotidiano.

Uma parte da *inércia* da estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderia ser modificadas senão ao preço de um *trabalho de transplantação*, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suporiam transformações sociais

³ “O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento As forma, pois têm um papel na realização social.” (SANTOS, 1988,p.10)

⁴ Forma-conteúdo, conceito proposto por Milton Santos. (2006,p.65)

extremamente difíceis e custosas. [...] O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também de sua distancia física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. (BOURDIEU, 1997, p. 161)

A construção do espaço urbano, e sua reificação, deveria ser resultado de uma discussão que expusesse os conflitos inerentes às assimetrias sociais, cabendo ao Estado um papel de mediador dessa discussão⁵. Assim seria constituída uma esfera pública – de “aparência”⁶ (conceito trabalhado por Hanna Arendt, como tornar-se aparente e visível em público- sinônimo do publicizar de Habermas⁷) – possibilitando a ação e o discurso dos cidadãos como forma de ação política. Observa-se contudo, no decorrer da aceleração das mudanças estruturais ocorridas nos processos socioeconômicos, em escala mundial, a partir da modernidade, um processo de fragmentação do indivíduo, e sua atuação pública, num processo de recolhimento à esfera privada (Sennet, 1998).

⁵ Inserir trabalho do Leite ATENÇÃO

⁶ “Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, ate mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima, deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública. No entanto, há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é retido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado.” (ARENDR, 2004, p. 61)

⁷“Entrementes, seus fundamentos sociais estão, no entanto, há cerca de um século novamente se diluindo; tendências à decadência da esfera pública não se deixam mais desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública, continua sendo, sempre ainda, um principio organizacional do nosso ordenamento político. Ela é, evidentemente, algo mais e outra coisa do que um fragmento de ideologia liberal do que a social-democracia pudesse desfazer-se sem prejuízos. Caso seja possível entender historicamente, em sua estrutura, a complexão do que hoje, de um modo um tanto confuso, subsumimos sob o título de ‘esfera pública’, podemos então esperar, alem de uma explicação sociológica do conceito, conseguir entender sistematicamente a nossa própria sociedade a partir de uma de suas categorias centrais.”(Habermas, 2003p. 17)

Com a fragmentação observada a partir do século XIX e em todo o século XX, através de uma aceleração sem precedentes na condição sócio-econômica mundial⁸, a esfera pública foi sendo minorada por uma conjuntura de esvaziamento político das diversas comunidades, dos espaços públicos que passaram a ser encarados como espaços de lazer e não de discussão, e de um fortalecimento Estatal como regulador das demandas e sobretudo como agente social. Ao Estado coube, portanto, a construção de políticas sociais, que, em paralelo a um crescente processo de individualização (Sennet, 1998) e culminou na ascensão de uma esfera social⁹ – capaz de aparentemente “transformar em consenso” aquilo que deveria ser conflito, e retirando da esfera pública seu caráter de participação.

Esse processo teve um rebatimento direto no espaço urbano, através da espetacularização dos espaços públicos– palcos não mais para ações políticas por parte da população, mas sim culturais e de lazer. Reforça-se mais uma vez o esvaziamento político da cidade como espaço de mediação¹⁰ em detrimento de um espaço fragmentado – a morfologia urbana¹¹, como soma das morfologias física e social, rebateu sobremaneira essa alteração de conteúdo – e que não foram devidamente compreendidas e elucidadas para a prática e discussão de um planejamento urbano consciente desses processos, e dos desdobramentos dele conseqüentes¹².

E não somente, de maneira superficial, pois a estrutura da lógica capitalista como pano de fundo para todo esse processo possibilitou uma reorganização estrutural das cidades, na ótica do presente trabalho, não como “a morte do espaço público”preconizada por Jacobs e Sennet, mas como novas formas de espacialização dessas diferenças. Conforme a constrição da esfera pública, através de interesses particulares variados, são observadas novas maneiras de apropriação do espaço urbano, elencadas por Paulo C. da Costa Gomes(2002), referentes a um recuo da cidadania

⁸ Recomenda-se aqui a leitura de Harvey (1996) e Berman (1986).

⁹ Para ir além buscar a definição de espaço social de Henri Lefebvre (1991) e a de esfera social em Hanna Anredt (1997)

¹⁰ “A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal e não ser para a meditação.” (LEFEBVRE, 1991, p.46)

¹¹“Há portanto uma ocasião em uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social. Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.” (LEFEBVRE, 1991, p.49)

¹² Recomenda-se a leitura do texto “Urbanismo do pensamento fraco”de Yves Chalas.

observado nas cidades contemporâneas. Esse recuo da cidadania (ou esvaziamento da esfera pública, como chamado por Arendt) relativizando a relação entre o espaço físico e o social, corrobora para uma série de novas formas de construir o espaço urbano, que não mais contempla a esfera da discussão do público mas como espaço para práticas sociais de fragmentação - espacializadas segundo Gomes através de: 1. Apropriação privada dos espaços comuns; 2. A progressão das identidades territoriais; 3. O emuralhamento da vida social, 4. O crescimento das ilhas utópicas. Em paralelo, Yves Chalas, corroborando com a idéia de que a cidade contemporânea apresenta novas formas de espacialização, “As cidades de ontem não são as únicas cidades possíveis.” (Chalas,34) - são elas: a cidade-móvel, a cidade-território, a cidade-natureza, a cidade policêntrica, a cidade da opção, a cidade - vazio e a cidade a tempo contínuo.

Essas práticas, apresentadas por Gomes, são observadas em Florianópolis, inclusive com intervenções estatais, a citar a transferência do Centro Administrativo para a SC -401, invertendo a lógica da centralidade urbana, bem como o surgimento de núcleos de ocupação que não corroboram para a integração sócio-espacial, como os diversos loteamentos no sul da ilha, ou os condomínios fechados no norte – as chamadas ilhas utópicas – bem como, um emuralhamento da vida social em condôminos, clubes e shoppings centers, e que corroboram a polinucleação, os vazios, a mobilidade, os territórios dos conceitos de Chalas.

Um dos pontos a ser evidenciado com relação a essas novas relações sócio-espaciais que vão sendo formadas é o papel do Estado, na figura de planejador do espaço urbano, como responsável pela mitigação ou não da urbanidade, como conceito inerente à qualidade de vida urbana, através de instrumentos que possam ultrapassar as barreiras sócio-econômicas que vão se consolidando ao logo do tempo. O plano diretor, as políticas públicas de habitação, infra-estrutura, entre outros podem ser um elemento chave para a construção de um espaço urbano diverso¹³ não somente tipologicamente, mas sobretudo socialmente. Um bom exemplo dessa inversão, é a criação de ZEIS¹⁴ em áreas urbanas de alto valor imobiliário, inclusive nos centros urbanos, permitindo uma regulação do valor imobiliário pelo impacto desses empreendimentos e ao mesmo

¹³ (Fainstein, 2005) .

¹⁴(zonas especiais de interesse social – instituídas pela lei..., conhecida como Estatuto da Cidade e que instrumentaliza os parágrafos 182 e 183 da Carta Magna de 1988)

tempo contribuindo para um encontro maior entre diversas classes. O Hotel Umbu¹⁵, implementado no centro de Porto Alegre é um exemplar que materializa esse conceito, fato não observado na dinâmica florianopolitana, de localização dos assentamentos sociais fora do perímetro central¹⁶.

Ressalta-se sobretudo a necessidade de uma maior dinamização da participação popular, mas conforme já dito, seu conteúdo tem sido esvaziado com a diminuição da atividade política de todos os cidadãos no âmbito público¹⁷. Esse resgate da participação é fundamental para a dinâmica da construção do espaço urbano– e de maneira coerente à inserção social de todos os extratos da população – configurando espaços acessíveis na acepção mais geral do termo, como espaço público sendo acessível a todos. (SERPA, 2007,p.16).

De qualquer maneira, o ponto fundamental é entender como as novas possibilidades espaciais têm sido edificadas no espaço urbano - -, resultado de um planejamento não condizente com a realidade – a cidade legal, ou da lógica da especulação imobiliária e suas ocupações predatórias – cidade real, num descolamento entre o espaço geográfico e o espaço social (segundo os conceitos de Bourdieu):

A mesma coisa se diria acerca das relações entre o espaço geográfico e o espaço social: estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplos, à oposição entre centro e periferia, são O efeito da distancia no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico.(Bourdieu, 1989, p.138)

que resultam em espaços fragmentados, justapostos e que não propiciam o acesso irrestrito e portanto tornam-se apolíticos, tendo como base a Ilha de Santa Catarina, e as práticas urbanísticas observadas na contemporaneidade.

Los grupos dominantes están siendo capaces, hoy en día, de excluir al resto de los actores sociales del uso de ciertos espacios, a través de la creación de enclaves en los que el discurso del espacio público

¹⁵ Conforme artigo publicado no site vitruvius

¹⁶ Pimenta, 2005.

¹⁷ No entanto, em Florianópolis observam-se iniciativas populares como a não aceitação e conseqüentemente a não aprovação do Plano Diretor Municipal ainda em trâmite legal, por não ter sido aceito pela população. Em estudo sobre o movimento social em Santa Catarina, SCHERER-WARREN, e ROSSIAUD, 1999 caracterizam o desenvolver histórico desse movimento.

como lugar de encuentro social y construcción de ciudadanía se mantiene, pero se restringe sólo a ciertos segmentos de la sociedad. ...El espacio pseudo-público es entonces abierto pero seguro, atento a la comunidad pero comercial, libre y espontáneo pero al mismo tiempo controlado y producido. El espacio público post-moderno es un lugar de expresión y ejercicio del poder, pero es experimentado como tal sólo por los oprimidos; para el resto, tal como en la modernidad, es el espacio de construcción ciudadana y diálogo social. (HANSEN, 2002, s/p).

O direcionamento do crescimento urbano – a reinvenção dos espaços

A ocupação sócio-espacial da ilha de Santa Catarina, historicamente, configurou-se através de pequenos núcleos de formação, consolidando-a como polinucleada¹⁸. No entanto, o centro urbano, como dinamizador espacial teve sua importância consolidada ao longo da história, sobretudo através das intervenções viárias que preconizaram o acesso ilha-continente sempre a partir da área central¹⁹.

Dessa maneira, tanto o transporte de cabotagem tinha seu porto no antigo trapiche, próximo ao mercado, quanto a construção das três pontes ao longo do século XX acessavam diretamente esse região²⁰. Portanto ao longo da história, lugares foram sendo criados ao redor das pequenas igrejas dos núcleos de formação, com apropriações pela população que não remetiam necessariamente à dinâmica do centro urbano – o qual, após longo período de estagnação, sofreu um processo de dinamização sobretudo a partir da década de 60 do século XX, impulsionado por intervenções estatais²¹ como a implementação de grandes aparelhos institucionais de envergadura estadual e nacional, em paralelo a um crescente apelo turístico reforçado pela atratividade das amenidades naturais encontradas na Ilha.

Através desse breve relato histórico, percebe-se que Florianópolis seguiu a tendência das capitais brasileiras no que tange um *boom* demográfico, não acompanhado de implementação de infra-estrutura urbana. Historicamente, os extratos

¹⁸ Obra de Paulo Lago (1996), Márcia Fantin (2000) e Bettina Adans (2002).

¹⁹ Recomenda-se a leitura da dissertação de mestrado da prof. Maria Inês Sugai, 1994.

²⁰ Havia referências e estudos feitos por Gama d’Eça para que uma das pontes fosse direcionada para o sul da ilha, “desafogando” o centro da cidade – consta no trabalho de Sugai (1994), Pereira (1992).

²¹ Consultar dissertação de Maria Teresinha Marcon, 2000.

menos favorecidos da população foram sendo expulsos do centro urbano (SANTOS,2009) para seu entorno próximo, sobretudo no Maciço Central, ocasionado um processo de ocupação desmesurada das encostas do perímetro central e que mais tarde também foi observado em outras áreas ambientalmente frágeis, conforme observado em todo o território nacional.

É flagrante que as intervenções inseridas no contexto urbano, como os aterros da baía e norte e da baía sul, com grande acréscimo de áreas sobre o mar, não serviram senão de suporte ao sistema viário, deixando de explorar um amplo potencial como áreas livres que poderiam ter tido grande valor social agregado (LAGO, 1996)

Concomitante a esse processo, os últimos conjuntos habitacionais localizados na ilha, foram pensados de maneira excêntrica, contribuindo para a segregação espacial observada como um todo – a exemplo podem ser citados os conjuntos – Vila Cachoeira, Monte Cristo, etc (Pimenta,2005). Além de sua localização, o desenho de conjuntos como o Vila Cachoeira, que contém somente um acesso, fechando-se sobre si mesmo, contribui para a formação de um gueto sem relação ou possibilidade de construção de laços sociais com o entorno, reforçando a idéia de segregação e relações de poder conforme estudo de Elias (2000), no qual as diferenças de origem, classe, posição, ou mesmo, tempo de residência num mesmo local são fatores que potencializam as divergências. Essas intervenções contribuem sobremaneira para a quebra da tessitura urbana, já historicamente fragmentada em Florianópolis e contribuindo para o reforço nos problemas de mobilidade observados na ilha. E ratificam os quatro pontos apresentados por Gomes no item anterior:

Esses quatro pontos levantados podem ser analisados como o novo caráter urbano experimentado, uma nova ocupação e novas relações sociais. A ocupação pode espacializar-se em ilhas fixas, e/ou ao mesmo tempo através de simples estruturas tênues, limites sutis e simbólicos. Um bom exemplo é o setor informal, nas ruas com maior movimentação, concentração e fluxo de pessoas. “O livre acesso pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são de interesse comum.” (Gomes, 2002, p. 177). Surge um estreitamento da rua, pois os espaços transformam-se em mercados, (fig. 01 e 02) os lugares da vida pública e do espetáculo são reduzidos a caminhos de passagem, ocorrendo além da degradação física, aquilo que Gomes chamou de degradação moral dos espaços públicos. Até que ponto o espaço público existe para a conquista de particulares? Barreiras físicas nas ruas sem saída,

vasos de plantas nas calçadas, correntes que bloqueiam a passagem, intervenções efêmeras mas que alteram a percepção do espaço urbano como espaço público.

Como proceder a esse espaço público quando no presente observa-se o confinamento social? Problemas relacionados inclusive com a perda identidade (Sennet,1998). Diminui-se sobremaneira a vivência dentro do espaço da cidade – recaindo na circulação – a cidade-móvel de Chalas. “As grandes cidades devem, portanto, aumentar continuamente o espaço de circulação dos carros particulares, em detrimento de outros usos possíveis para o espaço público. ” (Gomes,2002, p.184), de que maneira esse processo encaminha o desenho das cidades hoje? “Assim, os espaços públicos se transformam cada vez mais numa espécie de passarela para o espetáculo da pobreza.” (Gomes,2002, p.185), o espaço público, ao se tornar um bem comum, minimiza a aparência dos conflitos inerentes à vida urbana, e segundo Konzen, mascara-se em consenso. A primeira solução, sem nenhuma reflexão aprofundada, seria a criação de espaços isolados, condomínios fechados capazes de resgatar a “qualidade de vida urbana e com a homogeneidade social” como trabalhado por Gomes, verdadeiros simulacros da cidadania, onde a sociedade é confundida com homogeneidade, como aqueles presentes em vários bairros afastados do centro de Florianópolis – Cacupé (fig.03) , Campeche, Canto da Lagoa . Porém, se a diversidade é o elemento fundamental da vida urbana (JACOBS,2000) e tem se tornado um dogma para o planejamento urbano (Fainstein,2005²²), como trabalhar com sob a égide da homogeneidade? Qual o papel cabe atualmente aos planejadores?

²² Susan Fainstein desenvolve um trabalho interessante sobre a diversidade como novo dogma a ser perseguido pelo planejamento e os erros de entendimento que dele podem decorrer. (Fainstein,2005)



Figura 1 Santo Antônio de Lisboa
Apropriação privada de espaços públicos – deck de restaurante sobre a praia



Figura 2 Open Shopping – Jurerê Internacional
Ilhas Utópicas e Progressão das identidades territoriais



Figura 3 Condomínios Fechado no Cacupé
Ilhas Utópicas



Figura 4 Av Beira-mar – Apropriação do Heliponto
Calçamento novo e nova proposta de vegetação

Conforme dito anteriormente - a produção do espaço geográfico como resultado de intervenções antrópicas sobre o meio (o sistema de objetos e o sistema de ações de Milton Santos, 2006) contribuiu para um descolamento entre a esfera pública, com grande esvaziamento do centro urbano como espaço do discurso para a esfera do social – onde os indivíduos endereçam ao Estado a responsabilidade sobre as questões coletivas e alienam-se em suas vidas privadas, restando ao espaço urbano mero caráter de cenário apolítico (discussão de Arendt, 1997) .

Obviamente, essa dinâmica de formação sócio-espacial, não é particular à Florianópolis, sendo típica da produção do espaço no âmbito da sociedade capitalista – com processos ao mesmo tempo autosegregadores e de segregação imposta – típicas da lógica capitalista de urbanização.

Como resultado desse processo, a fragmentação, típica do contemporâneo, numa releitura nossa sobre a obra de Harvey, é o elemento chave para a compreensão da dinâmica espacial florianopolitana – traduzindo espacialmente as assimetrias do espaço social – condizente à estrutura do habitus local, e indo além, ratificando as diferenças sociais, reificadas pela lógica capitalista e naturalizadas pelas práticas urbanísticas brasileiras.

Outro fator de peso considerável à dinâmica dos espaços na ilha diz respeito ao fetiche das praias, que faz alusão a uma constante utilização das praias em detrimento dos demais espaços públicos, fato esse que pode ser confrontado com um calendário extenso de atividades programas para os espaços públicos de Florianópolis no decorrer do ano todo. Observa-se, no entanto um cuidado maior com as áreas consolidadas pelos usuários locais mas que fazem parte também do circuito turístico como a Praça XV, o centrinho de Santo Antonio de Lisboa e a própria Av. Beira-mar norte, em atual processo de reforma e remodelagem paisagística²³ (fig.04). Portanto, se Florianópolis exemplifica esse descolamento entre o espaço geográfico e o social, e traduz essas novas maneiras de construir o urbano, ela serve como base de reflexão para a discussão sobre a morte do espaço público como elemento norteador do planejamento, ou indo além, e resgatando as novas tendências da cidade contemporânea²⁴, a cidade pode exemplificar esses novos percursos de ocupação e apropriação, inerentes a uma nova maneira de habitar nas cidades, que não podem mais corresponder às práticas saudosistas, mas, e ao mesmo tempo, resgatar a participação e a esfera pública como seus elementos chaves.

C’est une autre manière, dynamique, de concevoir la mixité sociale, non pas comme un état mais comme un mode de fonctionnement de la ville. La mixité par le mouvement peut ainsi aider à la réalisation de compromis opérationnels entre des logiques de regroupement social et les ambitions de justice.”(ASCHER, 2008, p. 105.)

²³ Para maiores informações sobre a reforma, ver o Jornal Diário Catarinense, 31 de janeiro de 2011, página 26

²⁴ Yves Chalas e François Ascher (2008) .

Morte do espaço público ou novas possibilidades para a cidade contemporânea – à guisa de uma conclusão

Com base no apanhado teórico acima exposto e nas breves análises empíricas que foram realizadas em Florianópolis, percebe-se que Florianópolis é emblemática como cidade contemporânea que enfrenta problemas relacionados à fragmentação da condição em que se vive atualmente²⁵, espacializando a assimetria socioeconômica de maneira a muitas vezes romper com o caráter político da esfera pública, sob a égide da busca do consenso em detrimento do conflito latente. Assim, os condomínios privados, surgem como ilhas utópicas à insegurança, com barreiras físicas e/ou sociais esvaziando o conteúdo dos espaços públicos, e reforçando a idéia de cidade-móvel, com distâncias cada vez maiores entre o local do trabalho e a habitação e da cidade-vazio com grandes espaços de transição.

Ao mesmo tempo, a progressão das identidades territoriais com bairros e grupos bem definidos corrobora com a idéia do habitus social, inserindo novos modos de vida, delimitando-os e criando novas temporalidades a esses recortes, com emergência da cidade a tempo contínuo não somente espacialmente mas virtualmente. `

Essas novas relações abrangem uma configuração espacial com repercussão direta nas formas geográficas, contribuindo para uma morfologia urbana condizente com os novos conteúdos que vão sendo implementados: a cidade da opção e a cidade policêntrica reforçam sua característica de mobilidade e de possibilidade, rompendo muitas vezes com o próprio papel clássico dos planejadores e do planejamento:

Dans ce contexte, les experts de l’urbanisme et des transports voient leur rôle se modifier: on ne leur demande plus de donner “la”solution, mais de mettre leur compétences au service des négociations entre les divers acteurs, pour aider à la construction de compromis accpetables par le plus grand nombre, articulant intérêts locaux et fonctionnement d’ensemble du système urbain. La conception et l’aménagement des rues, en devenant une question de société aux multiples facettes culturelles, sociales, économiques, environnementales et politiques, donnent ainsi de nouvelles responsabilités aux techniciens qui les dessinent, les équipent, les gèrent, car les solutions toutes faites, les

²⁵ Berman (1986) e Harvey (1996)

modèles idéologiques, les dogmes urbanistiques sont de moins en moins utilisables. Les progrès de la gouvernance urbaine et la complexité croissante des villes en mouvement compliquent certainement la tâche des professionnels de l’urbanisme et des transports, mais ils accroissent également ce que l’on attend d’eux et élèvent le niveau de technicité de leurs interventions.(ASCHER, 2008, p.130-1)

Trabalhar tendo como base as formas urbanas pretéritas, bem como as relações sociais consolidadas pelo habitus pode levar a incorreções na constituição do espaço geográfico, tanto físico quanto social, portanto a chave está na compreensão destas novas possibilidades e modalidades de conceitos sobre a cidade para que possam ser minoradas as distâncias sociais bem como o resgate da esfera pública como espaço de discussão política e trocas efetivas, tendo como palco para tal o espaço público, não romantizado mas adequado às novas demandas e perfis urbanos. E conforme o próprio Chalas aqui posto em concordância com Paulo C. da Costa Gomes, em meio à fragmentação, são diversas as lógicas que gerenciam o espaço urbano, não somente a lógica dualista (p.35) mas como um paradoxo a ser compreendido.

Referências bibliográficas

ADAMS, Betina. . **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história ;** patrimônio de Florianópolis. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**, 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

ASCHER, François. **Le nouveaux compromis urbains. Lexique de la ville plurielle.** Editions de l’Aube, 2008

BOURDIEU, Pierre. **O Poder do simbólico.** Editora Bertrand Brasil SA. RJ 1989 e 2001.

_(coord.). **A miséria do mundo.** Ed. Vozes. Petrópolis, RJ,1997. 5. Ed.

A distinção, crítica social do julgamento. São Paulo, Ed USP, Porto Alegre, ZOUK, 2007.

BERMAN, Marshall; MOISES, Carlos Felipe; IORIATTI, Ana Maria L. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHALAS, Yves. **O Urbanismo do pensamento fraco**, in: PEREIRA, Elson Manoel (org). *Planejamento Urbano no Brasil: Conceitos, Diálogos e Práticas.* Chapecó: Argos, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. . **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2000.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana : ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

FAINSTEIN, Susan. **CITIES AND DIVERSITY .Should We Want It? Can We Plan For It?** In.URBAN AFFAIRS REVIEW, Vol. 41, No. 1, September 2005 3-19. Disponível em: http://www.columbia.edu/~jwp70/etexts/Fainstein_Diversity.pdf acessado em 12/10/2010.

FANTIN, Marcia. **Cidade dividida.** Florianópolis: Futura, 2000

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HANSEN, Rodrigo Salcedo. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno in.: EURE (Santiago) v.28 n.84 Santiago sep. 2002. Disponível em:

http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S025071612002008400001&script=sci_abstract&tlng=en . acessado em 10/10/2010

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2000.

KONZEN, Lucas Pizzolatto. **Espaços públicos urbanos e pluralismo jurídico : dos bens de uso comum do povo ao direito à cidade**. 169 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010

LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis: a polemica urbana**. Florianopolis: Fundacao Franklim Cascaes 1996, p.51

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Ed. PARMA, São Paulo, SP. 1991

The Production of Space. Blackwell Publishing. Cornwall, UK 1991a.

LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luiz. . **A imagem da cidade**. Lisboa (PT): Edições 70, 1982.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes; LAGO, Paulo Fernando de Araujo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. . **A metropolização de Florianópolis o papel do estado /**. Florianópolis, SC, 2000.

PEREIRA, Elson Manoel; GRILLO, Antonio Niccoló. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Sócio-Econômico. . **Gestão do espaço urbano : um estudo de caso das areas central e continental da cidade de**

Florianópolis. 1992. xvi, 161f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico

PIMENTA, Luiz Fugazzola e PIMENTA, Margareth de Castro A.. **A institucionalização da precariedade: Estado e habitação popular no aglomerado urbano de Florianópolis.** In: *Scripta Nova* REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. IX, núm. 194 (49), 1 de agosto de 2005

SANTOS, André Luiz. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. . **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis.** Florianópolis, SC, 2009. xix, 639 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**, fundamentos, Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

A Natureza do Espaço,Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. (1999). **Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais.** Itajaí: Ed. da UNIVALI; Florianópolis: Diálogo.

SUGAI, Maria Ines; VILLAÇA, Flavio. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano.A via de contorno norte-Ilha.** 1994. 2v. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

O espaço geográfico” e o “espaço social”florianópolis-sc
Murad Jorge Mussi Vaz; Elson Manoel Pereira

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem público. As tiranias da Intimidade.** Ed.
Schwarcz Ltda. São Paulo, 1998.